



RELATÓRIO ANUAL 2021

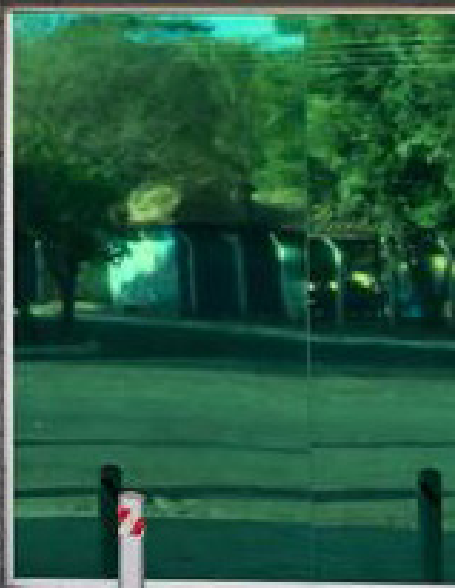


SICOOB
Centro-Sul



SICOOB**CENTRO-SUL**

Cooperativa de Crédito



OS RESULTADOS QUE A NOSSA COOPERAÇÃO GEROU EM 2021



SUMÁRIO

5

Dados Cadastrais
Gestão Cooperativa

55

Parecer do
Conselho Fiscal

7

Mensagem do
Conselho

57

Ações de ESG
Sicoob Centro-Sul

8

Central de Relacionamento
com o Associado

11

Demonstrações
Contábeis

23

Notas
Explicativas

51

Relatório de
Auditoria Independente



EXPEDIENTE

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro-Sul Goiano Ltda

Fundação: 12/03/1991

Início de Atividade: 19/11/1991

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Lister Borges Cruvinel

Vice-Presidente: Biramar Nunes de Lima

Conselheiros:

Edivano Santos Ferreira

Sérgio Mendonça de Melo

Fernando José de Melo

Rogério Reis Ferreira de Oliveira

Tiago Dias Souza

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:

Cláudia Frankia Borges

Alancardek Antônio de Azevedo

Josemar Lopes de Sousa

Suplentes:

Edimar Garcia da Silva

Leonardo Faleiro da Silva Mendonça

Renan Candido de Oliveira

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo:

Halison Batista de Carvalho

Diretora de Negócios:

Karla Aparecida Fernandes Peixoto





PROPÓSITO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

O principal objetivo do Sicoob é unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde está presente. Aqui, apresentamos as diretrizes que guiam nossa atuação.



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

VALORES

- Respeito e Valorização das Pessoas;
- Cooperativismo e Sustentabilidade;
- Ética e Integridade;
- Excelência e Eficiência;
- Liderança Inspiradora;
- Inovação e Simplicidade.

MENSAGEM DO CONSELHO

Com uma trajetória de mais de 30 anos de atividades marcadas pelo DNA cooperativista foi criado no berço do produtor rural, em 1989, com suas diretrizes voltadas para a oferta de soluções financeiras ao segmento. Em 2010 conquistou a livre admissão de associados, atendendo assim pessoas físicas e jurídicas dos mais diversos segmentos econômicos no seu quadro social.

Outros acontecimentos importantes foram as expansões, que tiveram início em 2007 com a abertura em um ponto de atendimento em Água Limpa, 2008 em Pontalina, 2010 em Caldas Novas, 2012 em Buriti Alegre e Corumbaíba, 2013 em Edealina, 2018 em Marzagão, 2019 em Rio Quente e mais recentemente, em 2020, o ponto de atendimento de Ouvidor.

A cooperativa finalizou 2021 com 10.520 associados e visa a criação de novos pontos de atendimento nos próximos exercícios.

“Em 2021 o Sicoob Centro-Sul alcançou um resultado histórico.”

Lister Borges Cruvinel
Presidente





CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O ASSOCIADO

Fale com a Centro-Sul

O Sicoob Centro-Sul mantém uma linha aberta de comunicação com seus cooperados. Você pode conversar conosco, enviar críticas, tirar suas dúvidas e encaminhar sugestões por email:
sicoobcentrosul@sicoobcentrosul.com.br



Nossas Unidades:



PA ÁGUA LIMPA

Av Orcalino Santos, Setor Central – Marzagão – GO. CEP: 75.670-000



PA BURITI ALEGRE

Av. Irapuan Costa Junior, Setor Central – Ouvidor – GO. CEP: 75.715-000



PA CALDAS NOVAS

Av Barão do Rio Branco sala 02, 480, Centro – Corumbaíba – GO. CEP: 75.680-000



PA CORUMBAÍBA

Av Barão do Rio Branco sala 02, 480, Centro – Corumbaíba – GO. CEP: 75.680-000



PA EDEALINA

Rua 21 Qd.40 Lt.13/14, Centro – Edealina – GO. CEP: 75.945-000



PA MARZAGÃO

Av Orcalino Santos, Setor Central – Marzagão – GO. CEP: 75.670-000



PA MORRINHOS

Av. Professor José do Nascimento, 63, Setor Oeste – Morrinhos – GO. CEP: 75.650-000



PA OUVIDOR

Av. Irapuan Costa Junior, Setor Central – Ouvidor – GO CEP: 75.715-000



PA PONTALINA

Av. Azarias Jorge, sala 02 e 03 nº 1216, Centro – Pontalina – GO. CEP: 75.620-000



PA RIO QUENTE

Av. da Fauna com Alameda dos Sanhaço, Loteamento Fauna I – Rio Quente – GO. CEP: 75.667-000

1,2

bilhão



de pessoas
pelo mundo

3

milhões



de cooperativas
no mundo

2,1

trilhão



faturado pelas
300 maiores
cooperativas do
mundo

COOPERATIVISMO TODOS POR UM SÓ OBJETIVO.

TODOS POR UM SÓ OBJETIVO

O cooperativismo é um sistema de união voluntária de pessoas que, por meio das cooperativas, buscam soluções financeiras para alcançar interesses em comum.

Para que funcione corretamente, beneficiando de forma justa todos os cooperados e gerando o máximo de resultados para as comunidades, o modelo cooperativista segue alguns princípios fundamentais:

- **Adesão voluntária e livre**

- **Interesse pela comunidade**

- **Educação, formação e informação**

- **Intercooperação**

- **Autonomia e independência**

- **Participação econômica dos membros**

- **Gestão democrática**



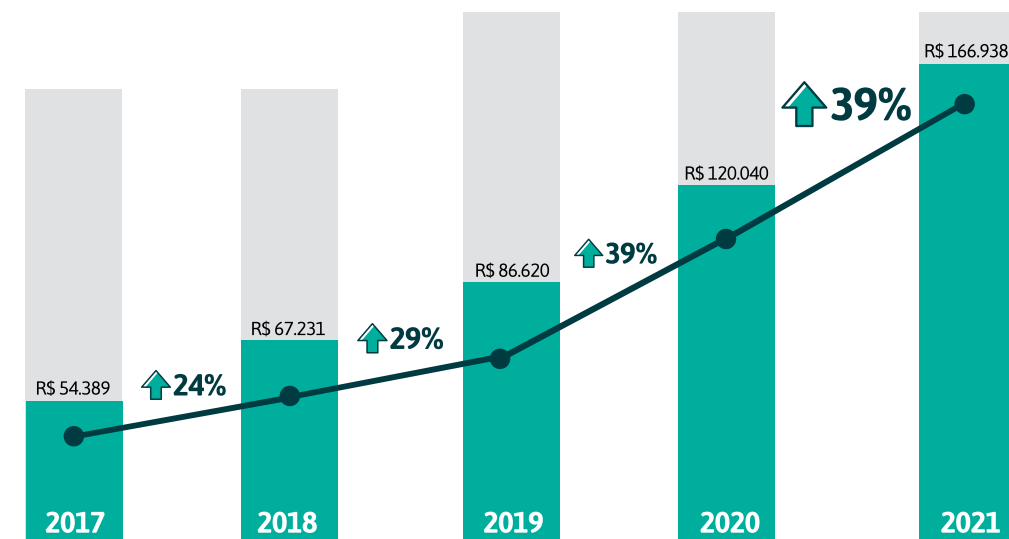
1

NÚMEROS DO SICOOB CENTRO-SUL



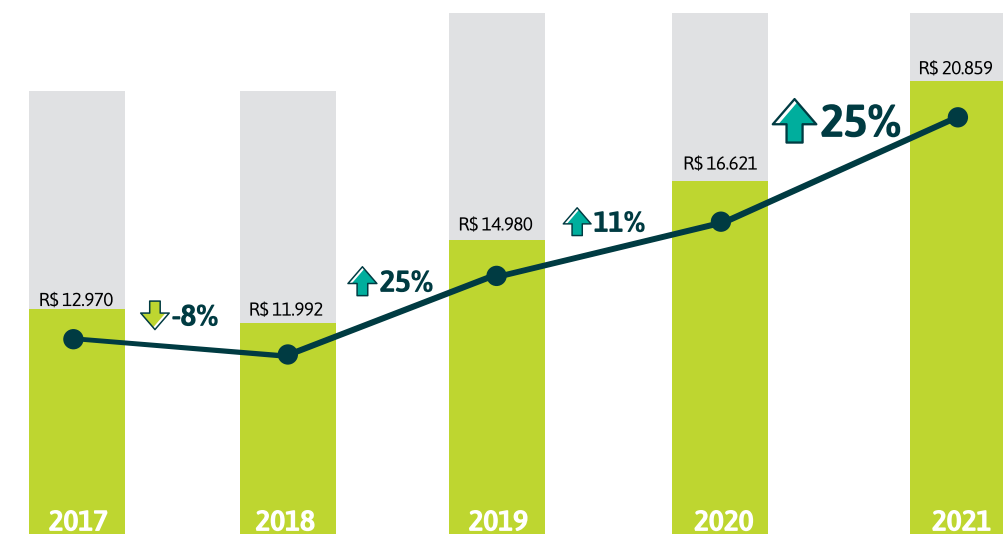
CARTEIRA DE CRÉDITO

(Milhões)



RENDA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(Milhões)

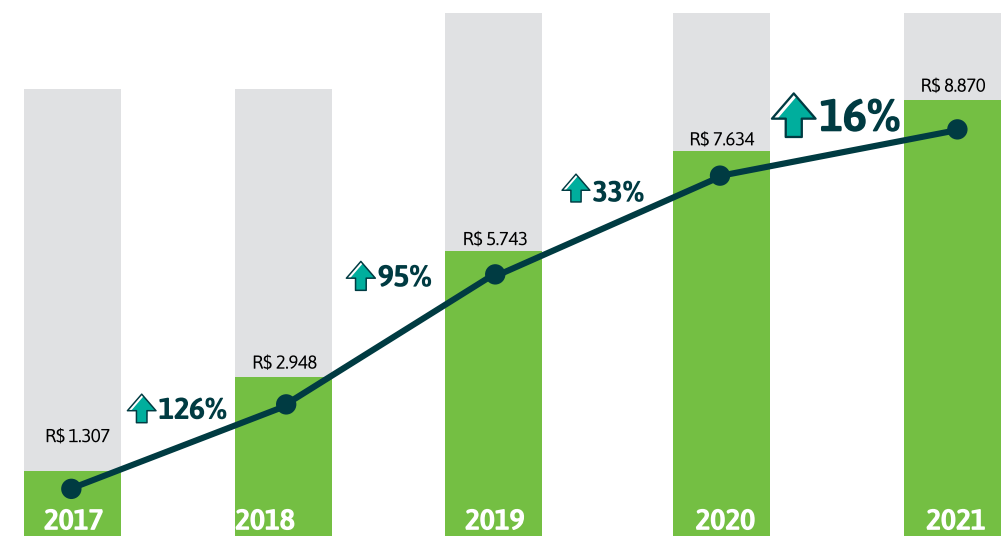




GRANDES NÚMEROS DO SICOOB CENTRO-SUL

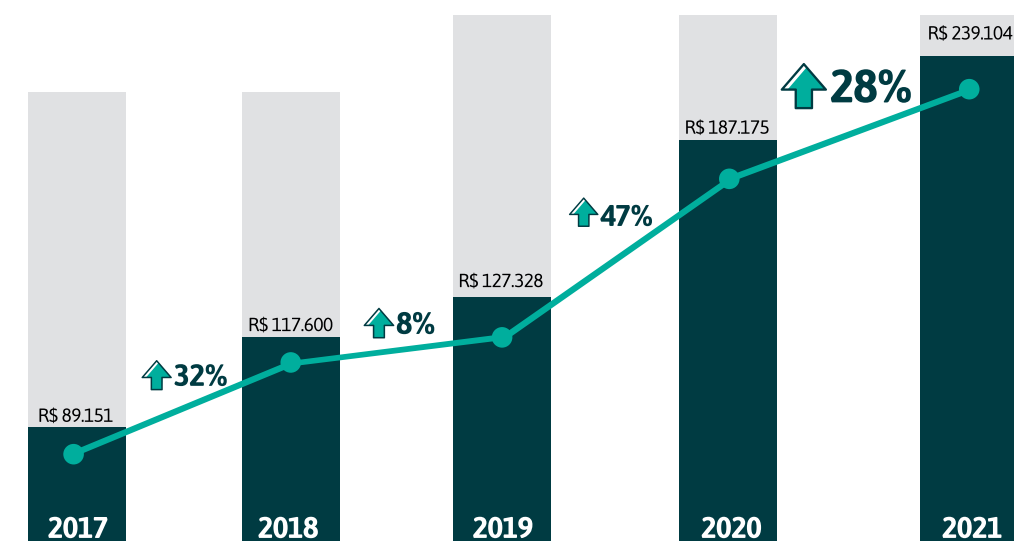
RENDIMENTO PRODUTOS E SERVIÇOS

(Milhões)



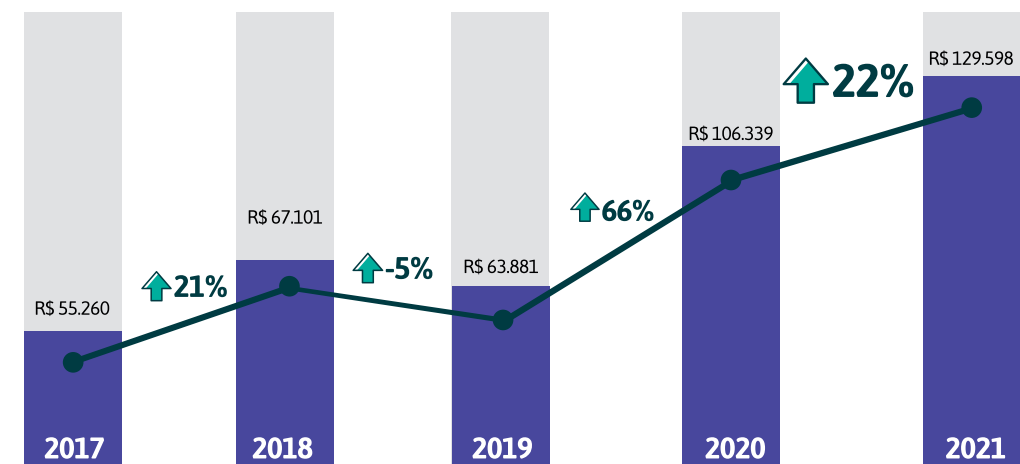
ATIVOS TOTAIS

(Milhões)



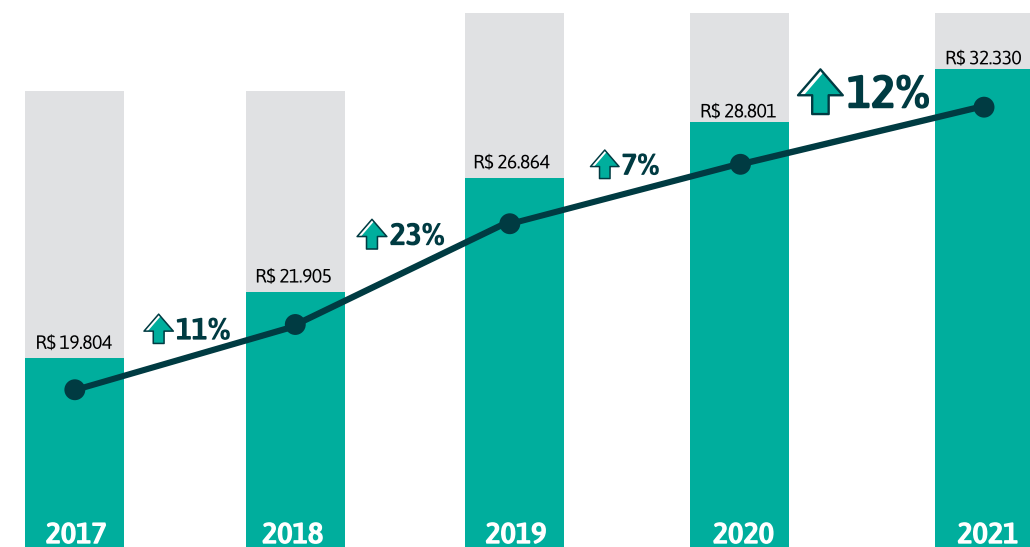
DEPÓSITOS TOTAIS

(Milhões)



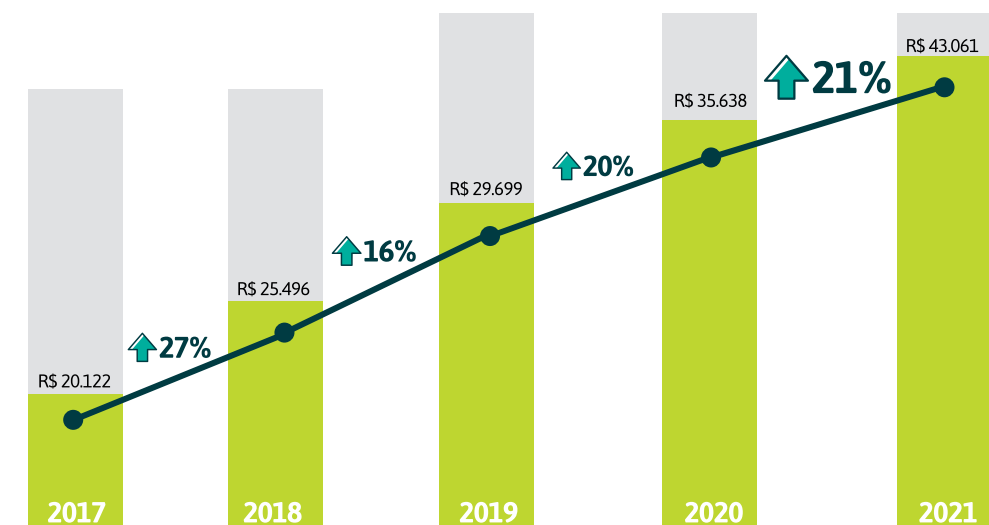
CAPITAL SOCIAL

(Milhões)

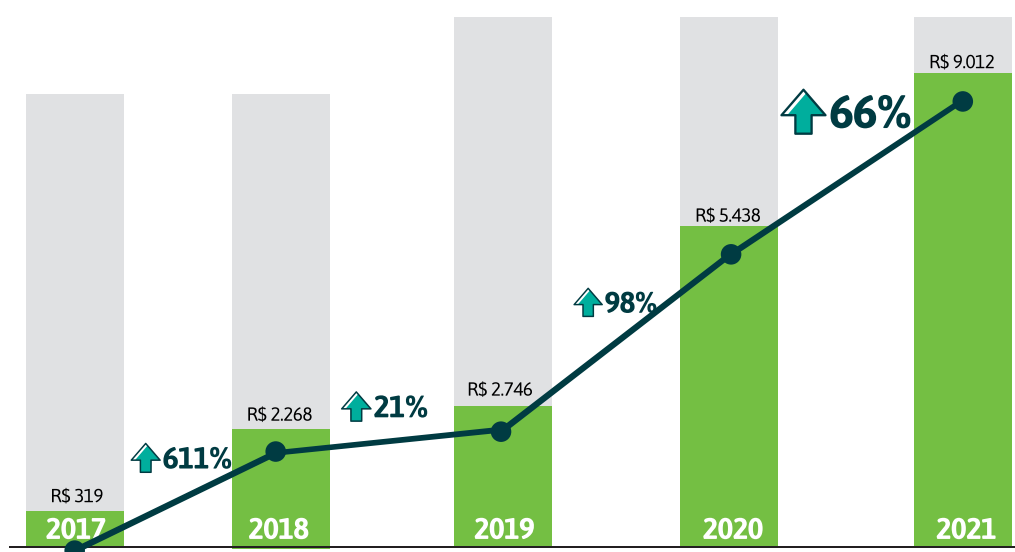


PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Milhões)

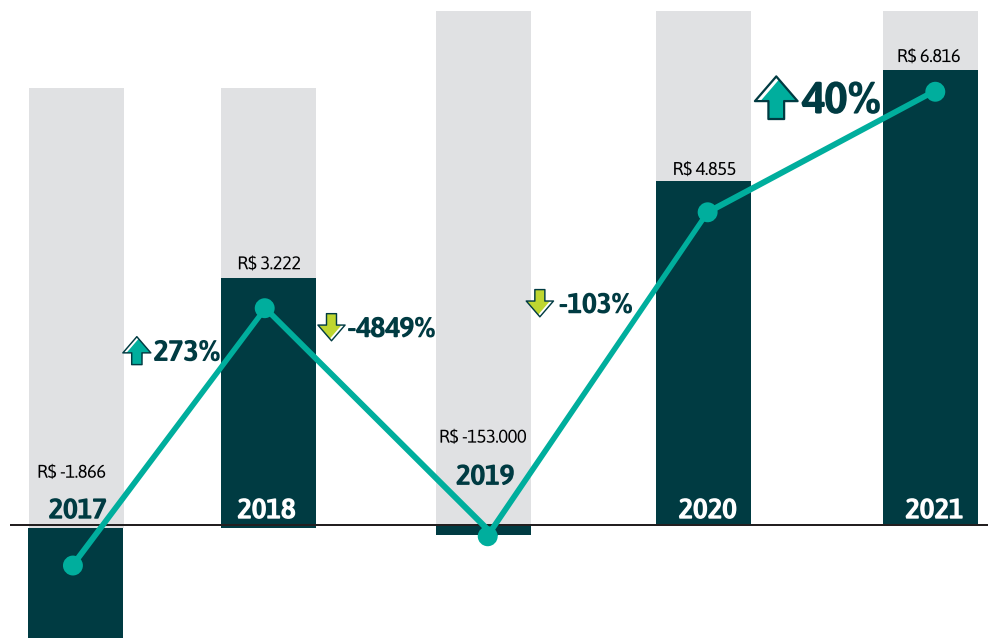


FUNDO DE RESERVA

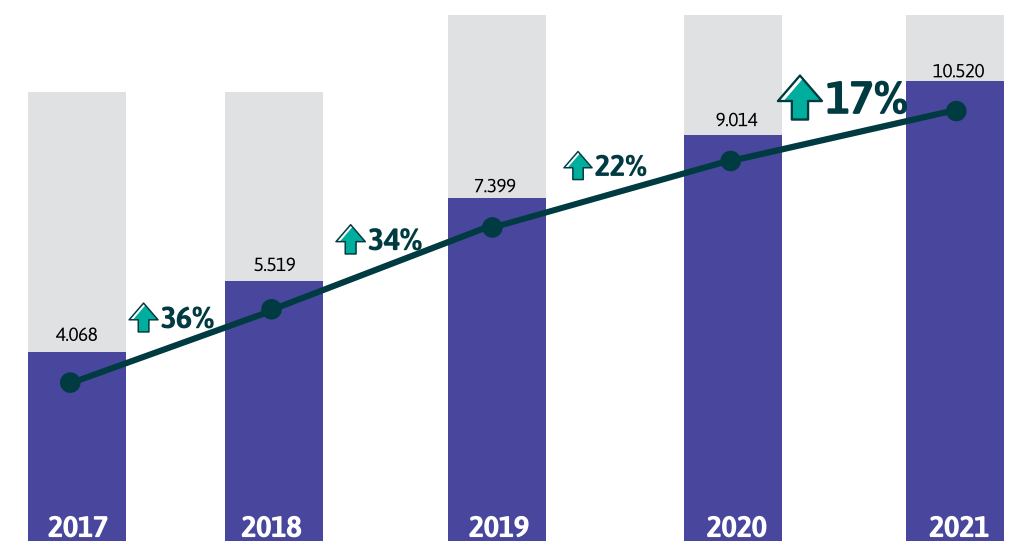


GRANDES NÚMEROS DO SICOOB CENTRO-SUL

RESULTADOS ABRANGENTES



Nº DE COOPERADOS

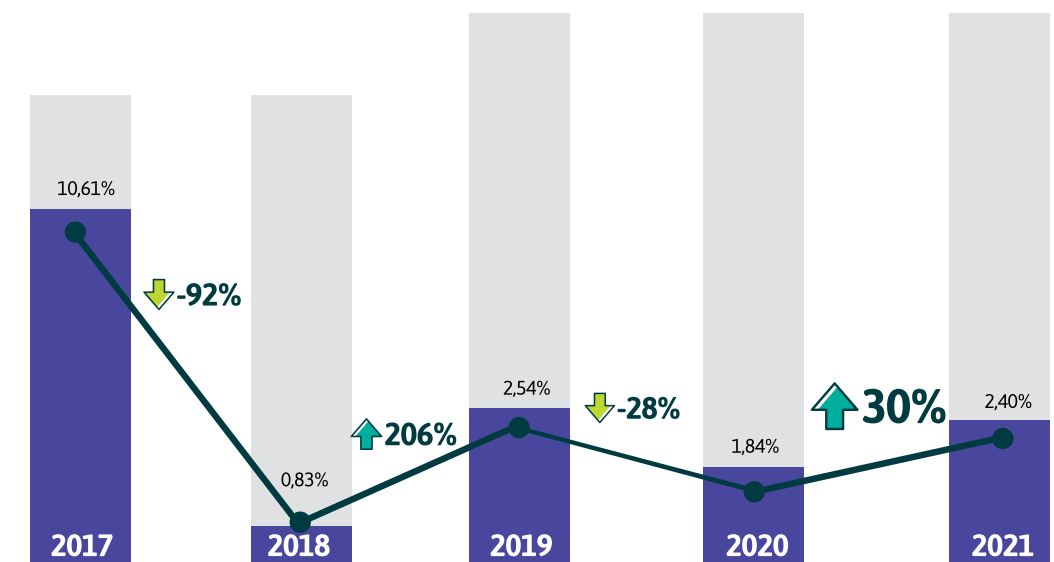


GRANDES NÚMEROS DO SICOOB CENTRO-SUL

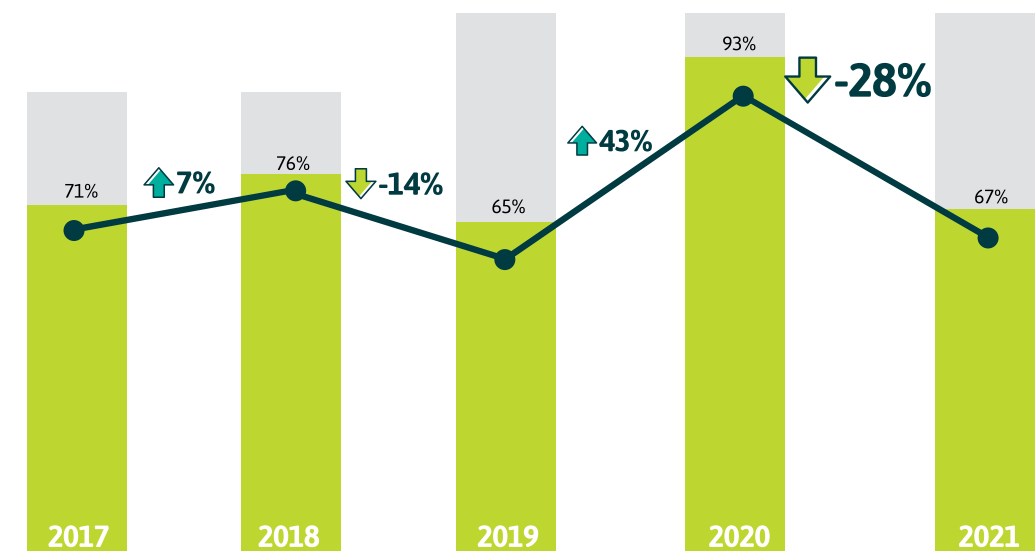


GRANDES NÚMEROS DO SICOOB CENTRO-SUL

INAD 90



ÍNDICE DE EFICIÊNCIA



	2021	2020
SOBRAS ANTES DO JUROS AO CAPITAL	6.815.311,22	4.854.176,00
Juros ao Capital	1.316.678,44	758.764,00
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	5.498.632,78	4.095.412,00
SOBRA LÍQUIDA, BASE DE CÁLCULO DAS DESTINAÇÕES	5.498.632,78	4.095.412,00
Destinações Estatutárias		
RESERVA LEGAL - 65%	3.574.111,31	2.662.018
FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL - 5%	274.931,64	204.771
FUNDO AUMENTO DE CAPITAL - 20%	1.099.726,56	819.082
TOTAL DAS DESTINAÇÕES	4.948.769,51	3.685.871
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	50.081,00
REVERSÃO DE DESPESAS COBERTAS PELO FATES	68.865,30	14.761,00
SOBRA À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	618.728,57	374.221



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL

Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		239.104.753,62	187.174.914,94
DISPONIBILIDADES	4	4.254.493,87	2.717.900,18
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		225.598.162,44	175.322.172,47
Relações Interfinanceiras	4	56.217.427,75	54.447.089,55
Centralização Financeira		56.217.427,75	54.447.089,55
Operações de Crédito	5.a	166.938.483,42	120.040.085,12
Outros Ativos Financeiros		2.442.251,27	834.997,80
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(8.603.155,40)	(7.380.050,69)
(-) Operações de Crédito	5.a	(8.111.773,78)	(7.055.553,65)
(-) Outras		(491.381,62)	(324.497,04)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	340.127,20	-
OUTROS ATIVOS	8	4.415.378,38	5.012.884,61
INVESTIMENTOS	9	9.135.901,93	7.861.298,04
IMOBILIZADO DE USO	10	4.947.712,71	5.247.128,68
INTANGÍVEL	11	2.692.575,81	1.252.999,26
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	10 e 11	(3.676.443,32)	(2.859.417,61)
TOTAL DO ATIVO		239.104.753,62	187.174.914,94
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		239.104.753,62	187.174.914,94
DEPÓSITOS	12	129.598.190,14	106.339.917,98
Depósitos à Vista		65.859.560,47	58.037.881,35
Depósitos à Prazo		63.738.629,67	48.302.036,63
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		61.413.631,69	41.836.033,83
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	8.058.314,66	4.646.981,12
Relações Interfinanceiras	14.a	38.008.535,77	27.681.199,90
Repasse Interfinanceiros		38.008.535,77	27.681.199,90
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14-b	3.634.386,21	4.641.005,79
Outros Passivos Financeiros	15	11.712.395,05	4.866.847,02
PROVISÕES	17	644.373,10	473.661,27
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	390.235,07	413.885,08
OUTROS PASSIVOS	19	3.997.099,10	2.678.325,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	43.061.224,52	35.433.091,65
CAPITAL SOCIAL	20.a	32.330.206,87	28.801.336,85
RESERVAS DE SOBRAS	20.b-c	10.112.289,08	6.257.533,51
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20-d	618.728,57	374.221,29
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		239.104.753,62	187.174.914,94

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		14.032.103,94	24.682.947,24	18.979.970,61
Operações de Crédito	22	12.327.107,18	22.134.543,87	17.620.227,57
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	1.704.996,76	2.548.403,37	1.359.743,04
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(5.969.612,71)	(9.250.775,50)	(6.409.154,92)
Operações de Captação no Mercado		(2.115.806,54)	(3.020.525,15)	(1.487.131,33)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.082.208,20)	(1.849.220,77)	(1.523.388,72)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.771.597,97)	(4.381.029,58)	(3.398.634,87)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		8.062.491,23	15.432.171,74	12.570.815,69
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.700.718,37)	(8.382.104,66)	(7.087.431,15)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	2.669.420,52	4.757.351,40	4.353.157,99
Rendas de Tarifas	25	1.213.119,57	2.419.288,24	2.226.235,35
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(4.404.955,09)	(8.061.999,94)	(7.307.664,83)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(4.945.036,64)	(9.193.554,22)	(7.622.280,09)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(200.737,31)	(389.054,88)	(338.751,67)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	1.220.890,42	2.504.945,84	2.103.782,10
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(253.419,84)	(419.081,10)	(501.910,00)
PROVISÕES	30	(149.778,11)	(160.711,83)	(69.198,76)
Provisões/Reversões para Contingências		-	82.254,42	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(149.778,11)	(242.966,25)	(69.198,76)
RESULTADO OPERACIONAL		3.211.994,75	6.889.355,25	5.414.185,78
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	26.539,99	30.067,89	(1.718,08)
Ganhos de Capital		15.542,96	27.033,95	72.309,97
Outras Rendas Não Operacionais		21.986,20	25.753,78	-
(-) Perdas de Capital		(10.989,17)	(22.719,84)	(61.079,76)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		-	-	(12.948,29)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.238.534,74	6.919.423,14	5.412.467,70
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		193.238,69	(104.111,92)	(558.292,00)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		130.392,33	(50.951,80)	(339.932,50)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		62.846,36	(53.160,12)	(218.359,50)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.431.773,43	6.815.311,22	4.854.175,70
JUROS AO CAPITAL	21	(1.316.678,44)	(1.316.678,44)	(758.764,15)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.115.094,99	5.498.632,78	4.095.411,55

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

	Notas	2ºSem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		3.431.773,43	6.815.311,22	4.854.175,70
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		3.431.773,43	6.815.311,22	4.854.175,70
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		3.238.534,74	6.919.423,14	5.412.467,70
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	(50.080,76)
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(216.437,32)	(216.437,32)	(117.031,81)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(414.766,82)	(326.609,87)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		2.771.597,97	4.381.029,58	3.398.634,87
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		149.778,11	242.966,25	69.198,76
Provisões/Reversões Não Operacionais		-	-	12.948,29
Provisões/Reversões para Contingências		-	(82.254,42)	-
Depreciações e Amortizações		536.801,54	1.014.598,65	796.117,30
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		6.480.275,04	11.844.559,06	9.195.644,48
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		(24.256.162,82)	(49.616.933,07)	(35.691.227,97)
Outros Ativos Financeiros		(907.375,90)	(2.046.643,57)	(1.210.055,19)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(340.127,20)	(340.127,20)	-
Outros Ativos		(393.566,83)	597.506,23	436.612,17
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		(15.689.311,73)	7.821.679,12	25.698.969,53
Depósitos à Prazo		1.848.707,01	15.436.593,04	16.759.918,29
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		426.476,00	3.411.333,54	(2.496.269,49)
Relações Interfinanceiras		11.607.898,70	10.327.335,87	9.371.063,06
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(903.720,37)	(1.006.619,58)	2.052.900,64
Outros Passivos Financeiros		11.498.736,46	6.845.548,03	2.268.234,59
Provisões		10.000,00	10.000,00	82.254,42
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		91.707,18	(23.650,01)	(148.152,42)
Outros Passivos		(217.249,85)	2.095,53	(303.762,06)
FATES - Atos Cooperativos		(274.931,64)	(274.931,64)	(204.770,58)
Imposto de Renda		130.392,33	(50.951,80)	(339.932,50)
Contribuição Social		62.846,36	(53.160,12)	(218.359,50)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(10.825.407,26)	2.883.633,43	25.253.067,47
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos		-	83.217,07	220.421,91
Distribuição de Sobras da Central		-	331.549,75	106.187,96
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		216.437,32	216.437,32	117.031,81
Aquisição de Intangível		72.558,11	(1.156.667,80)	(531.121,86)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(467.527,30)	(181.065,72)	(533.195,72)
Aquisição de Investimentos		(855.036,69)	(1.274.603,89)	(612.497,52)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(1.033.568,56)	(1.981.133,27)	(1.233.173,42)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		2.309.142,43	3.103.959,55	2.745.999,61

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Devolução de Capital à Cooperados		(920.689,45)	(2.045.673,88)	(1.601.448,97)
Estorno de Capital		-	(453,28)	(1.440,00)
Distribuição de sobras para associados		-	(9.074,24)	(735,80)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.286.808,28	1.286.808,28	736.129,73
Reversões de Fundos		68.865,30	68.865,30	14.760,89
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		2.744.126,56	2.404.431,73	1.893.265,46
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(9.114.849,26)	3.306.931,89	25.913.159,51
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		69.586.770,88	57.164.989,73	31.251.830,22
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		60.471.921,62	60.471.921,62	57.164.989,73
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(9.114.849,26)	3.306.931,89	25.913.159,51
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	28.058.372,87	(1.194.584,14)	2.746.911,92	59.043,55	29.521,78	29.699.265,98
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	(50.080,76)	(50.080,76)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	0,00	0,00	29.521,78	0,00	(29.521,78)	0,00
Distribuição de sobras para associados	58.307,75	0,00	0,00	(59.043,55)	0,00	(735,80)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.426.871,78	319.127,83	0,00	0,00	0,00	2.745.999,61
Por Devolução (-)	(1.601.448,97)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.601.448,97)
Estorno de Capital	(1.440,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.440,00)
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	14.760,89	14.760,89
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	4.854.175,70	4.854.175,70
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(758.764,15)	(758.764,15)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	736.129,73	0,00	0,00	0,00	0,00	736.129,73
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	2.662.017,51	0,00	(2.662.017,51)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	819.082,30	(819.082,30)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(204.770,58)	(204.770,58)
Saldos em 31/12/2020	29.676.793,16	(875.456,31)	5.438.451,21	819.082,30	374.221,29	35.433.091,65
Saldos em 31/12/2020	29.676.793,16	(875.456,31)	5.438.451,21	819.082,30	374.221,29	35.433.091,65
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	1.184.229,35	0,00	0,00	(819.082,30)	(374.221,29)	(9.074,24)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.835.346,50	(731.386,95)	0,00	0,00	0,00	3.103.959,55
Por Devolução (-)	(2.045.673,88)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.045.673,88)
Estorno de Capital	(453,28)	0,00	0,00	0,00	0,00	(453,28)
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	68.865,30	68.865,30
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	6.815.311,22	6.815.311,22
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.316.678,44)	(1.316.678,44)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.286.808,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.286.808,28
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	3.574.111,31	0,00	(3.574.111,31)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	1.099.726,56	(1.099.726,56)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(274.931,64)	(274.931,64)
Saldos em 31/12/2021	33.937.050,13	(1.606.843,26)	9.012.562,52	1.099.726,56	618.728,57	43.061.224,52
Saldos em 30/06/2021	31.644.485,07	(1.989.539,46)	5.438.451,21	0,00	3.383.537,79	38.476.934,61
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.926.446,23	382.696,20	0,00	0,00	0,00	2.309.142,43
Por Devolução (-)	(920.689,45)	0,00	0,00	0,00	0,00	(920.689,45)
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	68.865,30	68.865,30
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	3.431.773,43	3.431.773,43
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.316.678,44)	(1.316.678,44)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.286.808,28	0,00	0,00	0,00	0,00	1.286.808,28
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	3.574.111,31	0,00	(3.574.111,31)	0,00
Outras Destinações das Sobras do Período	0,00	0,00	0,00	1.099.726,56	(1.099.726,56)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(274.931,64)	(274.931,64)
Saldos em 31/12/2021	33.937.050,13	(1.606.843,26)	9.012.562,52	1.099.726,56	618.728,57	43.061.224,52

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2

NOTAS EXPLCATIVAS





COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO-SUL GOIANO LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO-SUL GOIANO LTDA - SICOOB CENTRO-SUL é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10/11/1989, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CENTRO-SUL, sediado à RUA PARÁ, Nº 400, CENTRO, MORRINHOS-GO, possui 9 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ÁGUA LIMPA - GO, PONTALINA - GO, CALDAS NOVAS - GO, BURITI ALEGRE - GO, CORUMBAÍBA - GO, EDEALINA - GO, MARZAGÃO - GO, RIO QUENTE- GO, OUVIDOR- GO.

O SICOOB CENTRO-SUL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 16/02/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- (i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação

entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

(ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

(iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

(iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicada sem períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigorem 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.



2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. ResumodasPrincipaisPráticasContábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial

ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e



consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	4.254.493,87	2.717.900,18
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	56.217.427,75	54.447.089,55
TOTAL	60.471.921,62	57.164.989,73

(a) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria e terminal de autoatendimento – R\$ 1.974.263,87) e em custódia na tesouraria centralizadora (numerário em trânsito – R\$ 2.280.230,00 em poder da transportadora de valores para reciclagem, onde o excedente é depositado nas contas de reservas bancárias).

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	1.704.996,76	2.548.403,37	1.359.743,04

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	46.835.898,85	19.254.991,89	66.090.890,74	35.930.298,91	19.401.349,03	55.331.647,94
Financiamentos	11.248.781,72	26.709.808,21	37.958.589,93	7.573.425,28	14.890.742,07	22.464.167,35
Financiamentos Rurais	32.957.530,04	29.931.472,71	62.889.002,75	14.997.400,97	27.246.868,86	42.244.269,83
Total de Operações de Crédito	91.042.210,61	75.896.272,81	166.938.483,42	58.501.125,16	61.538.959,96	120.040.085,12
(-) Provisões para Operações de Crédito	(4.849.791,05)	(3.261.982,73)	(8.111.773,78)	(3.491.936,54)	(3.563.617,11)	(7.055.553,65)
TOTAL	86.192.419,56	72.634.290,08	158.826.709,64	55.009.188,62	57.975.342,85	112.984.531,47

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo /TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	7.653.251,15	4.464.897,89	16.523.700,13	28.641.849,17		19.771.494,67	
A	0,5%	Normal	18.374.219,47	12.667.637,07	31.517.666,85	62.559.523,39	(312.797,66)	51.844.407,23	(259.222,12)
B	1%	Normal	18.107.275,74	13.559.359,63	11.285.351,51	42.951.986,88	(429.519,91)	22.464.611,67	(224.646,16)



B	1%	Vencidas	99.876,62	13.473,20	0,00	113.349,82	(1.133,54)	111.825,86	(1.118,30)
C	3%	Normal	11.167.736,38	5.671.979,80	2.089.390,54	18.929.106,72	(567.873,24)	13.023.199,68	(390.696,03)
C	3%	Vencidas	277.848,97	72.352,43	0,00	350.201,40	(10.506,08)	325.202,64	(9.756,12)
D	10%	Normal	1.975.368,19	470.535,70	1.097.161,17	3.543.065,06	(354.306,55)	3.990.599,77	(399.060,02)
D	10%	Vencidas	187.360,18	403.560,67	116.330,24	707.251,09	(70.725,15)	481.204,85	(48.120,53)
E	30%	Normal	1.925.405,29	47.826,40	259.402,31	2.232.634,00	(669.790,24)	1.212.366,69	(363.710,05)
E	30%	Vencidas	633.725,90	217.298,28	0,00	851.024,18	(255.307,29)	645.249,97	(193.575,03)
F	50%	Normal	248.435,54	10.325,93	0,00	258.761,47	(129.380,78)	671.605,13	(335.802,61)
F	50%	Vencidas	457.434,46	121.486,54	0,00	578.921,00	(289.460,54)	513.816,81	(256.908,45)
G	70%	Normal	201.061,67	6.248,06	0,00	207.309,73	(145.116,85)	322.444,65	(225.711,30)
G	70%	Vencidas	372.588,75	86.223,53	0,00	458.812,28	(321.168,64)	1.049.428,97	(734.600,32)
H	100%	Normal	1.673.903,08	0,00	0,00	1.673.903,08	(1.673.903,12)	1.995.992,10	(1.995.992,14)
H	100%	Vencidas	2.735.399,35	145.384,80	0,00	2.880.784,15	(2.880.784,19)	1.616.634,43	(1.616.634,47)
Total Normal			61.326.656,51	36.898.810,48	62.772.672,51	160.998.139,50	(4.282.688,63)	115.296.721,59	(4.194.840,71)
Total Vencidos			4.764.234,23	1.059.779,45	116.330,24	5.940.343,92	(3.829.085,15)	4.743.363,53	(2.860.712,94)
Total Geral			66.090.890,74	37.958.589,93	62.889.002,75	166.938.483,42	(8.111.773,78)	120.040.085,12	(7.055.553,65)
Provisões			(6.765.115,77)	(814.364,65)	(532.293,36)	(8.111.773,78)		(7.055.553,65)	
Total Líquido			59.325.774,97	37.144.225,28	62.356.709,39	158.826.709,64		112.984.531,47	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	22.086.639,11	24.749.259,74	19.254.991,89	66.090.890,74
Financiamentos	3.564.972,55	7.683.809,17	26.709.808,21	37.958.589,93
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.092.571,62	31.864.958,42	29.931.472,71	62.889.002,75
TOTAL	26.744.183,28	64.298.027,33	75.896.272,81	166.938.483,42

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	280.991,99	30.140,97	0,00	311.132,96	0,00%
Setor Privado - Serviços	37.561.940,63	16.041.815,72	0,00	53.603.756,35	0,32%
Pessoa Física	27.879.229,24	21.233.511,19	62.889.002,75	112.001.743,18	0,67%
Outros	368.728,88	653.122,05	0,00	1.021.850,93	0,01%
TOTAL	66.090.890,74	37.958.589,93	62.889.002,75	166.938.483,42	1,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	7.055.553,65	6.838.116,52
Constituições / Reversões no período	4.214.167,29	3.129.249,18
Transferência para prejuízo no período	(3.157.947,16)	(2.911.812,05)
Saldo Final	8.111.773,78	7.055.553,65

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	3.004.589,29	1,68%	2.504.764,48	1,94%
10 Maiores Devedores	21.801.199,38	12,20%	16.226.966,95	12,59%

50 Maiores Devedores	55.201.737,79	30,89%	40.302.805,96	31,26%
----------------------	---------------	--------	---------------	--------

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	8.588.525,04	6.718.148,62
Valor das operações transferidas no período	3.157.947,16	2.911.812,05
Valor das operações recuperadas no período	(1.204.879,97)	(1.032.910,05)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(810,68)	(8.525,58)
Saldo Final	10.540.781,55	8.588.525,04

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 20.050.233,73, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	NãoCirculante	Circulante	NãoCirculante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	757.943,76	0,00	451.441,60	0,00
Rendas a Receber (b)	737.847,13	0,00	173.565,39	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	78.691,23	631.258,48	0,00	0,00
Títulos e Créditos a Receber (d)	98.871,28	0,00	72.351,42	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	0,00	137.639,39	137.639,39	0,00
TOTAL	1.673.353,40	768.897,87	834.997,80	0,00

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo BANCO SICOOB, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 37.059,37), Rendas de Cartões (R\$ 251.555,36) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 426.938,42) e outros (R\$ 22.293,98);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 98.871,28);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Cofins (R\$ 109.354,96) e outros (R\$ 28.284,43).

6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:



Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	NãoCirculante	Circulante	NãoCirculante
Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(485.069,04)	(6.312,58)	(324.497,04)	0,00
TOTAL	(485.069,04)	(6.312,58)	(324.497,04)	0,00

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível/Percentual			Avais eFianças Honrados	Devedores porComprade Valorese Bens	Totalem	Provisões	Totalem	Provisões
de Risco/Situação					31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
B	0,01%	Normal	0,00	709.949,71	709.949,71	(7.099,51)	0,00	0,00
E	0,30%	Normal	52.890,06	0,00	52.890,06	(15.867,03)	11.339,76	(3.401,96)
E	0,30%	Vencidas	174.727,95	0,00	174.727,95	(52.418,39)	57.239,19	(17.171,76)
F	0,50%	Normal	9.269,19	0,00	9.269,19	(4.634,62)	6.878,03	(3.439,02)
F	0,50%	Vencidas	157.932,52	0,00	157.932,52	(78.966,26)	105.115,43	(52.557,72)
G	0,70%	Normal	8.019,28	0,00	8.019,28	(5.613,51)	975,93	(683,15)
G	0,70%	Vencidas	94.408,23	0,00	94.408,23	(66.085,77)	75.499,44	(52.849,61)
H	1%	Normal	7.444,59	0,00	7.444,59	(7.444,59)	4.311,04	(4.311,04)
H	1%	Vencidas	253.251,94	0,00	253.251,94	(253.251,94)	190.082,78	(190.082,78)
Total Normal			77.623,12	709.949,71	787.572,83	(40.659,27)	23.504,76	(11.835,17)
Total Vencidos			680.320,64	0,00	680.320,64	(450.722,35)	427.936,84	(312.661,87)
Total Geral			757.943,76	709.949,71	1.467.893,47	(491.381,62)	451.441,60	(324.497,04)
Provisões			(484.282,05)	(7.099,57)	(491.381,62)		(324.497,04)	
Total Líquido			273.661,71	702.850,14	976.511,85		126.944,56	

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	NãoCirculante	Circulante	NãoCirculante
Impostos e Contribuições a Compensar	340.127,20	0,00	0,00	0,00
TOTAL	340.127,20	0,00	0,00	0,00

8. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	49.130,60	0,00	38.609,98	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	105.996,89	0,00	4.095,52	0,00
Devedores Diversos – País (a)	170.898,99	0,00	295.290,44	0,00
Material em Estoque	200.260,79	0,00	100.490,49	0,00
Bens Não de uso Próprio (b)	0,00	0,00	4.254.142,46	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	3.504.142,46	0,00	0,00	0,00
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec.	(65.885,68)	0,00	0,00	0,00
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	0,00	0,00	(65.885,68)	0,00
Despesas Antecipadas (c)	450.834,33	0,00	386.141,40	0,00

TOTAL	4.415.378,38	0,00	5.012.884,61	0,00
-------	--------------	------	--------------	------

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar – BANCO SICOOB (R\$ 3.398,99) e outros (R\$ 167.500,00);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos Prêmios de Seguros, Contribuição Sindical Patronal, Contribuição Cooperativista, Processamento de Dados e Propaganda e Publicidade.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	5.350.267,14	4.527.128,64
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (a)	3.777.634,79	3.331.769,40
Outros Investimentos	8.000,00	2.400,00
TOTAL	9.135.901,93	7.861.298,04

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Edificações	4%	439.665,49	439.665,49
Instalações	10%	1.821.838,80	1.313.642,87
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.178.746,34	836.466,42
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.008.642,05	2.152.872,58
Sistema de Segurança	10%	433.338,88	439.000,17
Sistema de Transporte	20%	65.481,15	65.481,15
Total de Imobilizado de Uso		4.947.712,71	5.247.128,68
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(190.948,88)	(173.244,92)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(515.810,75)	(403.816,80)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.491.206,96)	(1.582.037,94)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(56.568,31)	(43.472,11)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(2.254.534,90)	(2.202.571,77)
TOTAL		2.693.177,81	3.044.556,91

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	66.225,33	85.405,95
Licenças E Direitos Autorais E De Uso (a)	2.559.278,81	1.100.521,64
Direitos De Exclusividade Ou Preferência	67.071,67	67.071,67



Total de Intangível	2.692.575,81	1.252.999,26
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(1.421.908,42)	(656.845,84)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(1.421.908,42)	(656.845,84)
TOTAL	1.270.667,39	596.153,42

(a) se referem a reclassificação de saldo para conferência com saldo por PA (conta Contábil de Sistema de Processamento de Dados x Licenças e Direitos Autorais).

12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	NãoCirculante	Circulante	NãoCirculante
Depósito à Vista	65.859.560,47	0,00	58.037.881,35	0,00
Depósito a Prazo	63.738.629,67	0,00	48.302.036,63	0,00
TOTAL	129.598.190,14	0,00	106.339.917,98	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	11.539.267,67	7,76%	4.740.580,47	4,00%
10 Maiores Depositantes	27.965.898,58	18,80%	15.287.883,85	14,00%
50 Maiores Depositantes	53.437.145,58	35,93%	35.059.647,83	32,00%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.831.124,40)	(2.560.410,70)	(1.157.469,28)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(156.461,92)	(225.567,22)	(173.904,22)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(14.048,55)	(15.677,43)	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(114.171,67)	(218.869,80)	(155.757,83)
TOTAL	(2.115.806,54)	(3.020.525,15)	(1.487.131,33)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	1.460.855,37	0,00	0,00	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio	6.100.812,24	496.647,05	4.601.688,97	45.292,15
- LCA	7.561.667,61	496.647,05	4.601.688,97	45.292,15

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	NãoCirculante	Circulante	NãoCirculante
Recursos do Bancoob	22.915.321,65	17.952.209,95	8.230.363,04	21.266.884,30
(-) Despesas a Apropriar Bancoob	(847.509,21)	(2.011.486,62)	(263.736,54)	(1.552.310,90)
TOTAL	22.067.812,44	15.940.723,33	7.966.626,50	19.714.573,40

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	NãoCirculante	Circulante	NãoCirculante
Cooperativa Central	2.841.398,70	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas a Apropriar-Cooperativa Central	(70.083,87)	0,00	0,00	0,00
Bancoob	885.012,74	0,00	4.760.309,60	0,00
(-) Despesas a Apropriar-Bancoob	(52.240,68)	0,00	(143.861,04)	0,00
Repasses do País - Instituições Oficiais	30.299,32	0,00	24.557,23	0,00
TOTAL	3.634.386,21	0,00	4.641.005,79	0,00

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(985.671,32)	(985.671,32)	(763.700,27)
Cooperativa Central	(96.536,88)	(96.536,88)	0,00
Outras Instituições	0,00	(767.012,57)	(759.688,45)
TOTAL	(1.082.208,20)	(1.849.220,77)	(1.523.388,72)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	NãoCirculante	Circulante	NãoCirculante
Recursos em Trânsito de Terceiros	11.539.267,67	0,00	4.756.159,89	0,00



Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	86.896,86	0,00	109.236,65	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	86.230,52	0,00	1.450,48	0,00
TOTAL	11.712.395,05	0,00	4.866.847,02	0,00

(a) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 84.579,85) e outros (R\$ 1.650,67).

16. Instrumentos Financeiros

O SICOOB CENTRO-SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	NãoCirculante	Circulante	NãoCirculante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas(a)	432.501,43	92.516,71	245.240,47	36.811,42
Provisão Para Contingências(b)	0,00	119.354,96	191.609,38	0,00
TOTAL	432.501,43	211.871,67	436.849,85	36.811,42

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	28.011.269,17	16.335.926,14
TOTAL	28.011.269,17	16.335.926,14

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
COFINS	109.354,96	109.354,96	109.354,96	109.354,96
Trabalhistas	0,00	28.284,43	0,00	28.284,43
Outras Contingências	10.000,00	0,00	82.254,42	0,00

TOTAL	119.354,96	137.639,39	191.609,38	137.639,39
-------	------------	------------	------------	------------

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CENTRO-SUL, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 37.228,95. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	0,00	0,00	86.525,56	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	19.181,36	0,00	18.631,35	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	282.591,38	0,00	247.367,49	0,00
Outros	88.462,33	0,00	61.360,68	0,00
TOTAL	390.235,07	0,00	413.885,08	0,00

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias(a)	1.515.513,69	0,00	1.014.315,73	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	298.319,28	0,00	290.474,29	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	1.657.007,48	0,00	869.274,37	0,00
Credores Diversos – Pais (c)	526.258,65	0,00	504.260,74	0,00
TOTAL	3.997.099,10	0,00	2.678.325,13	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Gratificações e Participações a Pagar	13.614,44	0,00	82.465,56	0,00
Cotas de Capital a Pagar	1.104.676,77	0,00	727.079,59	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	410.836,92	0,00	204.770,58	0,00
TOTAL	1.529.128,13	0,00	1.014.315,73	0,00

19.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	410.836,92	0,00	204.770,58	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.104.676,77	0,00	727.079,59	0,00
Gratificações e Participações a Pagar	0,00	0,00	82.465,56	0,00



Total	1.515.513,69	0,00	1.014.315,73	0,00
-------	--------------	------	--------------	------

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº

3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 849.242,27) e outros (R\$ 807.765,21);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R\$ 356.799,71), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 86.207,86), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 633,33) e outros (R\$ 82.617,75).

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	32.330.206,87	28.801.336,85
Associados	10.541	9.014

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 65%, utilizada para reparar perdas e tender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo para Aumento de Capital (FAC) - Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizado para aumento de capital dos associados do Sicoob Centro-Sul.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	5.498.632,78	4.095.411,55

Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	(50.080,76)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.498.632,78	4.045.330,79
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 65%	(3.574.111,31)	(2.662.017,51)
Fundo Aumento de Capital 20%	(1.099.726,56)	(819.082,30)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(274.931,64)	(204.770,58)
Reversão das Despesas cobertas pelo FATES	68.865,30	14.760,89
Sobras à disposição da Assembleia Geral	618.728,57	374.221,29

21. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado para o exercício de 2021, no montante de R\$ 1.316.678,44. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	88.365,54	438.033,51	759.410,05
Rendas de Empréstimos	5.800.224,66	10.261.554,14	8.666.402,24
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.118.604,63	2.038.669,69	1.638.649,04
Rendas de Financiamentos	2.674.419,88	4.554.275,34	2.772.038,51
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	956.208,75	1.669.051,27	1.320.249,80
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	431.040,69	699.989,66	308.690,57
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	571.156,59	1.198.055,46	887.224,98
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	0,00	0,00	268.765,16
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	0,00	0,00	50,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	687.086,44	1.274.914,80	998.747,22
TOTAL	12.327.107,18	22.134.543,87	17.620.227,57

23. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(2.115.806,54)	(3.020.525,15)	(1.487.131,33)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.082.208,20)	(1.849.220,77)	(1.523.388,72)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.994.435,00	4.250.135,50	5.156.754,94
Reversões de Provisões para Outros Créditos	26.070,03	72.167,82	136.058,33
Provisões para Operações de Crédito	(4.359.121,95)	(8.024.890,40)	(7.645.481,69)
Provisões para Outros Créditos	(432.981,05)	(678.442,50)	(1.045.966,45)
TOTAL	(5.969.612,71)	(9.250.775,50)	(6.409.154,92)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	507.976,15	1.013.717,27	943.020,25
Rendas de Outros Serviços	2.161.444,37	3.743.634,13	3.410.137,74



TOTAL	2.669.420,52	4.757.351,40	4.353.166,99
-------	--------------	--------------	--------------

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	381.040,60	744.480,00	550.580,90
Rendas de Serviços Prioritários - PF	208.042,10	458.791,60	618.116,60
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	126.704,75	208.548,08	135.175,97
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	497.332,12	1.007.468,56	922.361,88
TOTAL	1.213.119,57	2.419.288,24	2.226.235,35

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(67.336,25)	(125.339,42)	(114.986,36)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(574.126,11)	(1.025.581,77)	(958.483,11)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(747.474,71)	(1.373.746,91)	(1.239.980,63)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(898.012,21)	(1.642.293,15)	(1.473.532,57)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.059.248,46)	(3.797.796,65)	(3.423.852,40)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(560,00)	(3.160,00)	(34.552,92)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(58.197,35)	(94.082,04)	(62.276,84)
TOTAL	(4.404.955,09)	(8.061.999,94)	(7.307.664,83)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(155.610,01)	(264.871,88)	(221.987,95)
Despesas de Aluguéis	(216.592,96)	(425.692,00)	(356.438,32)
Despesas de Comunicações	(172.727,63)	(336.380,57)	(329.521,77)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(18.650,89)	(32.409,71)	(109.198,51)
Despesas de Material	(61.370,22)	(155.941,16)	(115.201,16)
Despesas de Processamento de Dados	(589.529,59)	(1.153.748,48)	(900.294,22)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(230.562,27)	(349.719,80)	(161.822,89)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(28.194,00)	(49.454,00)	(31.451,00)
Despesas de Publicações	0,00	(450,00)	(600,00)
Despesas de Seguros	(93.127,50)	(211.269,94)	(152.852,26)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(801.441,49)	(1.449.419,62)	(1.161.336,34)
Despesas de Serviços de Terceiros	(215.297,86)	(472.954,05)	(601.150,13)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(397.375,32)	(815.631,22)	(833.743,29)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(406.100,13)	(676.828,16)	(404.292,17)
Despesas de Transporte	(183.526,16)	(379.703,71)	(336.939,03)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	(132,50)	0,00
Despesas de Viagem no País	(17.006,42)	(22.366,21)	(23.220,10)
Despesas de Amortização	(257.652,86)	(482.153,83)	(341.052,59)
Despesas de Depreciação	(279.148,68)	(532.444,82)	(455.064,71)
Outras Despesas Administrativas	(821.122,65)	(1.381.982,56)	(1.086.113,65)
TOTAL	(4.945.036,64)	(9.193.554,22)	(7.622.280,09)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	2.949,39	27.020,10	13.952,31
Dividendos	0,00	83.217,07	220.421,91
Distribuição de sobras da central	0,00	331.549,75	106.187,96
Rendas de Repasses Interfinanceiros	58.311,98	103.587,65	55.384,71
Outras rendas operacionais	632,09	16.979,35	413.587,12
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	942.559,64	1.726.154,60	1.177.216,28
Juros ao Capital Recebidos da Central	216.437,32	216.437,32	117.031,81
TOTAL	1.220.890,42	2.504.945,84	2.103.782,10

29. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(5.957,76)	(21.024,87)	(983,17)
Outras Despesas Operacionais	(84.041,92)	(146.271,87)	(333.166,07)
Desconto / Cancelamento de Tarifas	(84.080,27)	(147.214,31)	(123.439,67)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(39.247,93)	(59.770,87)	(12.616,61)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(4.707,22)	(6.184,51)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(560,53)	(560,53)	0,00
Perdas - Falhas de Gerenciamento	0,00	0,00	(25.519,97)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(39.531,43)	(39.531,43)	0,00
TOTAL	(253.419,84)	(419.081,10)	(501.910,00)

30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	0,00	82.254,42	0,00
Reversões de Provisões para Contingências	0,00	82.254,42	0,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(149.778,11)	(242.966,25)	(69.198,76)
Provisões para Garantias Prestadas	(383.953,81)	(645.439,29)	(374.977,39)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	234.175,70	402.473,04	305.778,63
TOTAL	(149.778,11)	(160.711,83)	(69.198,76)

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos de Capital	15.542,96	27.033,95	72.309,97
Outras Rendas não Operacionais	21.986,20	25.753,78	0,00
(-) Perdas de Capital	(10.989,17)	(22.719,84)	(61.079,76)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	0,00	(12.948,29)
TOTAL	26.539,99	30.067,89	(1.718,08)

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.



As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	750.092,86	0,2211%	6,30
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.721.097,12	0,8020%	6.917,22
TOTAL	3.471.189,98	1,0230%	6.923,52
Montante das Operações Passivas	1.724.473,45	0,6900%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,5270%
Crédito Rural (modalidades)	0,7662%
Aplicações Financeiras	0,6900%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	20.348,69	101,79	0,6078%
Financiamentos Rurais	1.858.537,57	4.096,16	2,9553%
Empréstimos	860.128,28	0,00	1,7594%
Financiamentos	61.861,55	618,62	0,1630%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	770.264,51	1,1902%	0%
Depósitos a Prazo	34.151,14	0,0536%	0,6674%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	51.882,97	0,6438%	0,6345%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	0,6950%	12,33
Financiamentos	0,6000%	60,90
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	87,6853%	151,79
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,2614%	25,53

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente,

pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	12.139,51
Crédito Rural	3.600.146,59
Empréstimos	960.128,28
Financiamentos	5.110,89

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

SubmodalidadeBacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	1.502.942,39	296.412,87

f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NOEXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NOEXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(574.126,11)	(1.025.581,77)	(473.994,75)	(958.483,11)
INSS Diretoria / Conselheiros	(136.437,44)	(243.698,97)	(113.717,85)	(221.256,63)

33. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO CENTRO-SUL GOIANO LTDA - SICOOB CENTRO-SUL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CENTRO-SUL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB GOIÁS CENTRAL:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	56.217.427,75	54.447.089,55
Ativo - Investimentos	5.350.267,14	4.527.128,64
Total das Operações Ativas	61.567.694,89	58.974.218,19
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.771.314,83	0,00



Total de Operações Passivas	2.771.314,83	0,00
-----------------------------	--------------	------

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB GOIÁS CENTRAL:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.704.996,76	2.548.403,37	640.959,04	1.359.743,04
Total das Receitas	1.704.996,76	2.548.403,37	640.959,04	1.359.743,04
Rateio de Despesas da Central	(433.168,27)	(796.373,53)	(354.539,01)	(660.798,74)
Total das Despesas	(433.168,27)	(796.373,53)	(354.539,01)	(660.798,74)

34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

34.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).



O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

34.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco

das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;
fluxo de caixa projetado;
aplicação de cenários de estresse;
definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

34.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.



As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35. Seguros Contratados – NãoAuditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	32.879.092,52	27.095.072,00
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	176.941.441,01	132.338.860,58

Índice de Basileia (mínimo 11%) %	18,58%	20,47%
Imobilizado para cálculo do limite	2.701.177,81	3.046.956,91
Índice de imobilização (limite 50%) %	8,22%	11,24%

37. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(16.167,47)	(31.697,87)	(15.474,75)	(30.931,83)
TOTAL	(16.167,47)	(31.697,87)	(15.474,75)	(30.931,83)

Halison Batista de Carvalho
Diretor Administrativo e Financeiro

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6



3

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro-Sul Goiano Ltda. – Sicoob Centro Sul

Morrinhos/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro-Sul Goiano Ltda. – Sicoob Centro Sul**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sicoob Centro Sul** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 2 de março de 2022.



Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 0194841/O-4
CNAI 2090



4

PARECER DO CONSELHO FISCAL





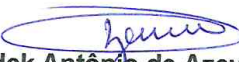
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Reuniram-se em sessão Extraordinária, os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro-Sul Goiano Ltda., na Sala de Reunião da Unidade Administrativa situada a Rua Pará, Nº: 879, Centro, Morrinhos-GO, sob coordenação da Conselheira Fiscal efetiva Claudia Frankia Borges e membros efetivos Josemar Lopes de Sousa e Alancardek Antônio de Azevedo. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após analisar as peças que compõem o balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com base nos exames e verificações procedidas em todos os documentos e peças contábeis apresentados, que correspondem ao Balanço Patrimonial, Demonstração das Sobras ou Perdas, Demonstração de Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis e, ainda, considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais de Uso Geral emitido pela CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa; somos de parecer que as mesmas refletem adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial do Sicoob Centro – Sul, e desta feita sugerimos sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Morrinhos – GO, 04 de março de 2022.


Claudia Frankia Borges
Conselheira Fiscal Efetiva
Coordenadora


Josemar Lopes de Sousa
Conselheiro Fiscal Efetivo
Secretário


Alancardek Antônio de Azevedo
Conselheiro Fiscal Efetivo



AÇÕES DE ESG 2021



CONCURSO CULTURAL EM MARZAGÃO

No dia 29/11, o Sicoob Centro-Sul esteve presente na Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente, em Marzagão - GO, para premiar a aluna Aysha Tibúrcio Balani.

O Concurso Cultural do Sicoob Instituto avalia desenhos e textos produzidos por alunos do ensino fundamental e tem como tema em 2021 “Cooperativismo: Uma forma de viver”. Na premiação, estiveram presentes a Karla



Peixoto (Diretora de Negócios do Sicoob Centro-Sul), Leandra Costa (Gerente da agência do Sicoob Centro-Sul em Marzagão), Sirlana Aparecida Tiburcio (Secretária de Educação), Jessica Sebastiana de Souza (Diretora da escola) e a professora Mariane Silva Santos.

CONCURSO CULTURAL EM MORRINHOS

No dia 06/12, foi realizada a premiação do Concurso Cultural do Instituto Sicoob, do qual participaram alunos de terceiro ao quinto ano do ensino fundamental de Morrinhos - GO. Os

participantes escreveram redações ou fizeram desenhos tendo como tema “Cooperativismo: Uma forma de viver”.

No evento, três alunos foram premiados, sendo





eles Arthur Gomes Silva (Escola Municipal Professor Humberto Jacinto Pereira), Gabriel Barbosa Rangel (Escola Municipal Dom Bosco) e Calil Coelho Eleuterio Elias (Escola Municipal Professora Olga Hannun de Castro Rosa). Calil foi ganhador também pelo Sicoob Goiás Central e recebeu como prêmio, além de um kit escolar, um Tablet. Além disso, a Elaine Caliman, professora do Calil, também foi premiada com um cheque de mil reais.

Agradecimento às escolas participantes: Escola Municipal Dom Bosco, Escola Municipal Eudoxio de Figueiredo, Escola Municipal Professora Mary do Carmo, Escola Municipal Kleyton de Sousa

Peres, Escola Municipal Professor Humberto Jacinto Pereira, Escola Municipal Professora Olga Hannun de Castro Rosa e Escola Municipal Professor Jose Candido.

Na cerimônia estiveram presentes o Prefeito Joaquim Guilherme, a Secretária de Educação Rosilda Moreira, o vereador Wesley Nunes dos Santos, o Diretor Administrativo do Sicoob Centro-Sul, Halison Batista, a Diretora de Negócios do Sicoob Centro-Sul, Karla Peixoto, a Herika Soares Pereira (Sicoob Goiás Central), a Gerente da agência do Sicoob Centro-Sul em Morrinhos, Kamila Urzeda e o colaborador Ricardo Alves, do Sicoob Centro-Sul.



DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS EM EDEALINA

Em comemoração ao aniversário de Edealina, o Sicoob Centro-Sul realizou na última segunda-feira (19/04) a doação de oito cestas básicas para a prefeitura de Edealina. A doação é parte de uma ação solidária que vem arrecadando alimentos para a parcela mais vulnerável da população.

Não podemos dar as mãos, mas podemos unir nossas atitudes e fazer a diferença.



DOAÇÕES DIA C

A Unidade Administrativa, o PA de Corumbaíba, o PA de Pontalina e o PA de Edealina foram os primeiros a realizar a entrega das cestas básicas para famílias carentes. Foram 60 cestas entregues pelo Sicoob Centro-Sul até a última sexta-feira (25/07).

Junte-se a nós para fazer a diferença na vida de quem precisa, mostrando a força do cooperativismo.





DOAÇÃO DE SANGUE AO INSTITUTO HONCORT



Em 16/07 os colaboradores do Sicoob Centro-Sul e alguns voluntários fizeram uma visita ao Instituto Honcort em Goiânia para realizar doação de sangue. A ação realizada ainda faz

parte das ações do Dia C, assim como as doações de cestas básicas realizadas ainda este mês pela cooperativa.



FUTEVÔLEI EM MORRINHOS

Nos dias 22 e 23 de dezembro, foi realizada em Morrinhos a primeira edição do Futevôlei Morrinhos, e o Sicoob Centro-Sul não ficou de fora do evento, patrocinando e incentivando o esporte na cidade.





MIKASA OPEN EM RIO QUENTE

O Sicoob Centro-Sul apoiou o evento Mikasa Open, que aconteceu dia 2 de novembro, no Setor Esplanada (próximo à entrada do Hot Park) em Rio Quente. Circuito esportivo onde atletas do alto nível do futevôlei nacional se encontram, e para acompanhar bastou levar 1kg de alimento não perecível para participar.



AÇÃO NATAL SOLIDÁRIO

Chegou o fim de ano, e com ele o Natal Coop Solidário!

Este ano, contamos com as doações de cooperados do Sicoob Centro-Sul e o apoio dos colaboradores da cooperativa. Graças a este esforço coletivo, conseguimos arrecadar 199 cestas básicas, que serão destinadas a famílias

carentes e instituições beneficentes das dez cidades onde estamos presentes. Um pequeno gesto de solidariedade, pode fazer toda a diferença no natal de quem mais precisa.

Obrigado a todos os envolvidos, por mostrar mais uma vez o que é cooperativismo na prática!



PALESTRA COOPERATIVISMO DIGITAL

O Sicoob Centro-Sul realizou palestra sobre Cooperativismo Digital, destinada aos alunos da UEG. O evento foi um sucesso e contamos com participação e interação fantástica por parte dos alunos e professores dos cursos de Ciências Contábeis, Administração e Matemática.

Só temos a agradecer o carinho dos participantes e a todos que tornaram este evento possível. Vocês são de mais!



SOLTURA DE PEIXES EM EDEALINA

No dia 24 de setembro, foi realizada a soltura de 20 mil alevinos no Rio dos Bois, em Edealina. A ação realizada pela Prefeitura de Edealina em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente contou também com o apoio do Sicoob Centro-Sul.

Nós acreditamos no crescimento sustentável das nossas comunidades.



GANHO SOCIAL DO COOPERADO



	PRODUTOS	SFN TAXA MÉDIA MENSAL	COOPERATIVA TAXA MÉDIA MENSAL	VALOR ECONOMIZADO NO PERÍODO
JUROS	CHEQUE ESPECIAL PF	7,01%	5,42%	R\$ 945.091
	CONSIGNADO	1,48%	1,55%	R\$ -13.448
	EMPRÉSTIMO	2,47%	1,55%	R\$ 6.851.881
	FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,72%	1,26%	R\$ 245.404
	CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	13,05%	9,91%	R\$ 206.776
	CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,50%	8,91%	R\$ -12.741
	CONTA GARANTIDA	2,56%	5,51%	R\$ -1.167.692
	TÍTULOS DESCONTADOS	1,87%	1,87%	R\$ 448
	CRÉDITO RURAL (PJ) ¹	0,51%	N/D	-
	FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,10%	1,07%	R\$ 8.049
	FINANCIAMENTOS BENS E SERV - PJ	1,34%	1,24%	R\$ 152.324
TOTAL JUROS				R\$ 7.216.093
TARIFAS	TARIFAS PF ²	R\$ 32,91	R\$ 6,86	R\$ 2.065.703
	TARIFAS PJ ³	R\$ 145,49	R\$ 17,59	R\$ 3.522.406
TOTAL TARIFAS				R\$ 5.588.109
CONSÓRCIO ⁴	CONSÓRCIO4 IMÓVEIS	18,67%	7,77%	R\$ 2.125
	CONSÓRCIO4 CAMINHÕES	12,84%	7,18%	R\$ 1.812
	CONSÓRCIO4 VEÍCULOS	13,96%	7,12%	R\$ 16.668
	CONSÓRCIO4 MOTOS	14,06%	7,45%	R\$ 973
	CONSÓRCIO4 OUTROS BENS	13,84%	14,08%	R\$ 157
	CONSÓRCIO4 SERVIÇOS	17,68%	8,82%	R\$ 573
TOTAL CONSÓRCIO				R\$ 22.311
CAPTAÇÃO (REMUNERAÇÃO)	DEPÓSITOS A PRAZO	0,50%	0,33%	R\$-1.538.838
TOTAL CAPTAÇÃO				R\$-1.538.838
ADQUIRÊNCIA	ADQUIRÊNCIA DÉBITO (MDR)	1,88%	1,33%	R\$ 489.912
	ADQUIRÊNCIA CRÉDITO (MDR)	3,75%	2,12%	R\$ 796.742
	ADQUIRÊNCIA PARCELADO (MDR)	9,58%	2,64%	R\$ 2.094.799
	ADQUIRÊNCIA (ANTECIPAÇÃO)	3,39%	1,72%	R\$ 2.800.058
TOTAL ADQUIRÊNCIA			R\$ -	R\$ 6.181.513
ECONOMIA TOTAL				R\$ 17.469.189
Sobras brutas à disposição da AGO ⁵				R\$ 5.498.632
Economia total + Sobras brutas à disposição da AGO				R\$ 22.967.822
COOPERADOS ATIVOS				8.904
VALOR ECONOMIZADO (MÉDIA POR COOPERATIVO ATIVO)				R\$ 2.579
Fonte: Centro Cooperativo Sicoob, Banco Central do Brasil e CardMonitor				
Nota: Taxas do SFN (média do período). Não constam os produtos Seguros e Previdência, devido à impossibilidade de obtenção das taxas médias do mercado.				
Elaboração: Centro Cooperativo Sicoob - Estratégia e Gestão/Inovação e Análise de Mercado.				
¹ Informado somente o crédito rural PJ, pois o Banco Central não disponibiliza a taxa média do SFN de crédito rural PF.				
² Tarifas SFN PF: valor médio "Pacote Padronizado de Serviços III" (Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 15 de março de 2013).				
³ Tarifas SFN PJ: média dos valores dos pacotes de serviços para PJ (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander) sem considerar o segmento "grandes empresas".				
⁴ Os valores de consórcio são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de administração mensal equivalente ao período analisado.				
⁵ Assembleia Geral Ordinária.				
*Dados prévios. Informação não auditada.				

